

continuação

(ii) metodologia com critérios objetivos para mapeamento de clientes com sinal de alerta de impacto na produtividade;
(iii) criação de um comitê de riscos de monitoramento para avaliação de todos os casos mapeados com sinal de alerta alto e definição de ações tempestivas; e
(iv) processos que permitiram o acompanhamento do grão até o recebimento, aumentando a visibilidade e identificação de eventuais desvios ou demais inconsistências.

Como resultado destas ações acima mencionadas, a Safra de milho (23/23), embora em montante reduzido, não apresentou inadimplência.

1.3 Riscos climáticos

A Companhia tem seus resultados afetados por condições climáticas direta e indiretamente já que as plantações dos produtores rurais - fornecedores de grãos para a Companhia - estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza como excessos ou a falta de chuva em momentos críticos do desenvolvimento da lavoura.

Estas situações impactam diretamente os resultados da Companhia devido aos atrasos no cumprimento de contratos junto às *tradings* ou, até mesmo, pela falta total ou parcial de grãos não entregues. Diante deste cenário, a Companhia terá que buscar no mercado outros fornecedores de grãos à preço de mercado para cumprir os contratos de venda comercializados.

A Companhia avaliou mitigar seus riscos mediante a contratação de seguros, porém, a sua disponibilidade via seguradoras ainda é relativamente nova no Brasil, além de onerosa e de difícil controle e mensuração dos critérios envolvidos.

1.4 Reflexos do conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar em larga escala acarretando um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação de empresas, instituições financeiras, indivíduos e demais setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. Em resposta, a Rússia anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, podem afetar direta e indiretamente os negócios da Companhia.

Seguem impactos que podem afetar as operações da Companhia:

(a) Cadeia de fertilizantes: conforme amplamente divulgado pelos veículos de imprensa, o Brasil, importa cerca de 20% do volume de fertilizantes utilizado, da Rússia. Uma quantidade substancial desses fertilizantes já se encontra internalizada no Brasil para a produção da safra 22/23. O risco ainda eminente é de ruptura na cadeia de suprimentos, visto que o preço (impacto) será refletido do outro lado no preço das commodities também (ex. soja e milho). Com isso, o próprio Governo Federal bem como os fornecedores do segmento vem trabalhando fortemente em conjunto para achar outros parceiros que podem suportar essa demanda de volume.

(b) Efeitos sobre as commodities: a Companhia realiza operações com commodities agrícolas, com compra e venda de grãos em operações de *barter* (compra e pagamento antecipado da produção de grãos por recebimento de grãos futuro). Para se proteger do risco de oscilações do valor de mercado das compras realizadas, a Companhia possui a política de fazer o *hedge* natural da operação, ou seja, assim que realiza o compromisso de compra com o produtor a Companhia também realiza o compromisso de venda correspondente junto a *Tradings*.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão abaixo. Essas políticas foram apresentadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão ou gestões anteriores. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Estimativas críticas da Administração

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosas (PECLD) para adiantamento a fornecedores

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosas (PECLD) de contratos firmados (*impairment*) são consideradas como parte da estimativa do Valor justo dos adiantamentos a fornecedores e são calculadas com base nas análises de riscos dos créditos, que contemplam a situação individual dos pagamentos antecipados aos produtores rurais, referente à aquisição da produção agrícola. São constituídas garantias através do penhor da produção dos grãos objeto da operação, observado o cenário subsequente favorável do setor agrícola bem como a avaliação do departamento de monitoramento das produções agrícolas e dos consultores jurídicos. (Nota 9).

O aumento da inadimplência constatadas pela não entrega da produção pelos produtores rurais desde a Safra 21/22, foi refletido pela Companhia no resultado do exercício conforme critérios para o cálculo da PECLD demonstrados na Nota 9.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, incluem um saldo de R\$ 44.219 relacionados substancialmente a prejuízos gerados nos últimos exercícios devido, principalmente, ao incremento da carteira de inadimplência, conforme Nota 9. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios em período apropriado. A estimativa é que a Companhia realize os tributos diferidos ativos entre 3 e 5 anos.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas classificações estão descritos abaixo:

(a) Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado da Companhia incluem:

(a.1) Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

(a.2) Empréstimos e fornecedores

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis. São incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como passivo não circulantes.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um ativo financeiro que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas), no período em que ocorrerem.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem:

(b.1) Adiantamentos a fornecedores e outros valores a receber de fornecedores

Os adiantamentos são ativos provenientes de antecipação de pagamento de contratos de *barter* e os recebíveis são ativos financeiros com pagamentos em datas fixas. Os adiantamentos a fornecedores e outros valores a receber de fornecedores são instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado por não atenderem todos os requerimentos da norma do CPC 48 em relação ao "SPPJ Teste" (Teste de somente pagamento de principal e juros). Esses instrumentos financeiros são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo.

(b.2) Instrumentos financeiros derivativos

São ativos financeiros oriundos de contratos a termos de compra e venda de commodities (soja, milho, sorgo) (Nota 4). Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia compreendem Marcação a Mercado de Contratos de Compra e Venda de Grãos a Termo. Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo ou passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição do ativo ou do passivo financeiro.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços no curso

normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustadas a valor presente. Uma provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída quando existe evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.7 Instrumentos financeiros a valor justo

A conta adiantamento a fornecedores corresponde aos valores adiantados a fornecedores pela compra e pagamento antecipado da produção agrícola via contratos de *barter*. São apresentados pelo seu valor justo o qual incluem as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") sobre tais contratos. Estes contratos são garantidos por títulos de CPR Rural emitidos pelo produtor rural para a Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, os adiantamentos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição que não é superior ao valor líquido de realização. A provisão para perdas e obsolescência, é constituída quando necessário para itens de estoque sem expectativa de movimentação para cobrir prováveis perdas na sua realização.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é constituído, substancialmente, por móveis, utensílios e equipamentos de informática que estão nos imóveis onde estão localizados o escritório da Companhia, e está registrado pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

Meses	
120	
60	

Equipamentos de informática

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos como "Outras receitas operacionais", na demonstração do resultado.

2.10 Ativos intangíveis

Marcas e patentes, banco de dados e sistemas de informática

Os sistemas de informática foram adquiridos separadamente e são demonstradas pelo custo de aquisição menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear para alocação de custos durante a vida útil estimada.

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos de ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

2.12 Outros ativos

São apresentadas pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

2.13 Impairment em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, exceto estoques, são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *redução*, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses após a data de emissão do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e,

continua



Esta publicação foi feita de forma 100% pela empresa Diário de Uberlândia em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link: <https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal>